Volume de recursos nos acordos fechados via AGE-MG cresce 1.300%

Sex 08 abril

A soma dos valores nos acordos realizados pela [Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos \(CPRAC\)](#) da [Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais \(AGE-MG\)](#) aumentou 1.300% no comparativo entre 2020 e 2021, de R\$ 5,9 milhões para R\$ 86,1 milhões.

A CPRAC promove a mediação e conciliação como possibilidades para a solução de conflitos que envolvam a administração pública do Estado, podendo ser entre seus próprios órgãos e/ou entidades ou deles com pessoa física ou jurídica.

A evolução dos valores reforça o compromisso da AGE-MG com a política de fomento à desjudicialização por meio da composição consensual em busca de acordos céleres e eficazes.

Do volume de recursos de 2021 (R\$ 86,1 milhões), 4,4 milhões dizem respeito aos chamados valores transacionados que devem ser pagos por pessoas físicas ou jurídicas ao Estado de Minas Gerais. Trata-se de um aumento significativo quando comparado ao de 2020 (R\$ 718,7 mil).

Os acordos envolvendo valores transacionados que devem ser pagos pelo Estado a pessoas físicas e jurídicas somaram R\$ 81,6 milhões em 2021. Também um valor bem significativo quando confrontado com o de 2020 (R\$ 565,3 mil).

"A CPRAC atua em consonância com os princípios da administração pública e com as garantias constitucionais do processo, destacadamente a legalidade, impessoalidade, juridicidade, estabilidade das relações jurídicas, boa-fé, economicidade, contraditório, motivação, transparência, oralidade e informalidade", disse o coordenador da Câmara, procurador Cléber Reis Grego.

Uma das explicações para o aumento no volume de recursos é o crescimento das controvérsias (propostas de acordos) submetidas à apreciação da CPRAC. O aumento foi de 78,5% de 2020 para 2021. É bom lembrar que casos envolvendo matéria tributária são excluídos de apreciação pela Câmara.

Serviços: procedimento de submissão à análise da CPRAC

Os interessados em realizar a autocomposição na CPRAC, sejam órgãos, entidades ou particulares, deverão encaminhar termo de abertura através do preenchimento de formulário próprio, disponível no site da AGE por meio [deste link](#), ou de documento contendo:

- qualificação completa dos interessados, endereço, endereço eletrônico, telefone e aplicativo de mensagens instantâneas;
- documentos comprobatórios dos poderes de representação da pessoa jurídica, se for o caso;
- qualificação completa do advogado, se houver, contendo endereço, endereço eletrônico, telefone e aplicativo de mensagens instantâneas, acompanhados dos respectivos instrumentos de procuração;
- descrição sucinta do conflito, o pedido e o valor do pedido, ainda que estimado, se houver;
- declaração sobre a existência de ação judicial sobre a matéria objeto de conflito e seu número de referência;
- cópia dos documentos necessários à compreensão da controvérsia;
- indicação das autoridades, órgãos e entidades interessados no procedimento;
- cópia integral de instrumento contratual que contenha cláusula compromissória de submissão de controvérsias à CPRAC, se houver

O termo de abertura poderá ser encaminhado, preferencialmente, via SEI ou, ainda, por protocolo

físico ou envio ao endereço eletrônico cprac@advocaciageral.mg.gov.br. Demais solicitações de informações e esclarecimentos podem ser encaminhadas ao mesmo e-mail.